

Brasília, 12 de abril de 2023.

Ao Excelentíssimo Ministro de Estado,
Sr. Alexandre Silveira,
Ministério de Minas e Energia – MME

Ao Excelentíssimo Ministro de Estado,
Sr. Mauro Vieira,
Ministério das Relações Exteriores - MRE

Ao Excelentíssimo Ministro de Estado,
Sr. André de Paula,
Ministério de Pesca e Aquicultura

À Excelentíssima Ministra de Estado,
Sra. Sônia Guajajara,
Ministério dos Povos Indígenas - MPI

Ao Excelentíssimo Diretor-Geral,
Sr. Rodolfo Saboia,
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP

Ao Excelentíssimo Presidente,
Sr. Rodrigo Agostinho,
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

À Excelentíssima Presidente,
Sra. Joenia Wapichana,
Fundação Nacional dos Povos Indígenas – Funai

Ao Excelentíssimo Presidente,
Sr. Jean Paul Prates,
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

C/C:

À Excelentíssima Ministra de Estado,
Sra. Marina Silva,
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA

Assunto: Atividades de exploração de petróleo e gás na Bacia Sedimentar da Foz do Amazonas

Ao cumprimentar Vossas Excelências, reforçamos que observamos, com alívio, algumas iniciativas importantes já definidas nos primeiros 100 dias do governo em relação às pautas socioambientais, principalmente em relação à retomada do controle do desmatamento. No entanto, gostaríamos de externar nossa preocupação diante de mais um grande desafio para o Brasil frente aos compromissos assumidos no cenário global.

No momento em que a exploração de combustíveis fósseis tem levado o planeta à crise climática e à crise de biodiversidade, e que o Brasil volta se colocar como protagonista globalmente nessas agendas, o plano de perfurar novos poços em busca de petróleo e gás na bacia sedimentar da Foz do Amazonas, no extremo norte da costa brasileira, nos causa um alerta gravíssimo.

Conforme “*Nota Técnica - Fragilidades e riscos do licenciamento ambiental de atividades de exploração de petróleo e gás na Foz do Amazonas*” (anexa), o licenciamento ambiental do bloco FZA-M-59 apresenta lacunas e fragilidades que comprometem uma análise robusta do IBAMA sobre o caso e sobre a viabilidade desse tipo de atividade em toda a região da Foz do Amazonas. Sem segurança técnica e jurídica para uma tomada de decisão, cabe ao governo brasileiro agir com precaução.

A floresta amazônica, a foz do rio Amazonas e o oceano atlântico nesta faixa equatorial, não são apenas uma parte vital da biodiversidade do nosso planeta, mas também uma fonte essencial para a vida de milhões de pessoas direta e indiretamente. Os impactos dessa atividade e um eventual derramamento de óleo podem ocasionar danos imensuráveis para o meio ambiente e para a população, em ecossistemas sensíveis como os manguezais e sistemas de recifes.

Considerando os motivos expostos na Nota Técnica, **as organizações que subscrevem sustentam que o IBAMA não emita a licença de operação no Processo nº 02022.000336/2014-53, para a atividades de exploração de petróleo e gás no bloco FZA-M-59**, enquanto não houver plena segurança técnica e jurídica para a tomada de decisão informada e precaucionária do órgão licenciador, o que inclui, ao menos:

(i) a elaboração pelo MMA e MME da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) para a bacia sedimentar da Foz do Amazonas, com a efetiva análise sobre a compatibilidade da instalação da indústria petrolífera na região, considerando os impactos cumulativos e sinérgicos de toda a cadeia produtiva sobre fatores ambientais e socioeconômicos e, também, o conjunto de blocos previstos pela ANP para a região (mapa anexo), garantida a transparência e ampla participação da sociedade;

(ii) a oportunização de espaços de diálogo com as partes interessadas, especialmente as comunidades afetadas, o que inclui: (a) a realização da consulta livre, prévia e informada dos povos e comunidades indígenas e tradicionais no Pará e Amapá, seguindo as diretrizes da Convenção OIT nº 169; (b) a garantia do acesso à informação e participação sobre os impactos e

riscos da instalação da indústria de petróleo na região, com a possível identificação de impactos ambientais e socioeconômicos ainda não avaliados e mitigados, notadamente os cumulativos, considerando o conjunto de blocos previstos pela ANP para a região;

(iii) a conclusão do estudo sobre a Base Hidrodinâmica da Margem Equatorial e a incorporação de seus resultados no estudo de modelagem de dispersão de óleo do bloco FZA-M-59;

(iv) a demonstração da eficácia das ações de resposta nacional e transfronteiriça previstas no Plano de Emergência Individual em caso de acidentes com vazamento de óleo, considerando a necessidade de se comprovar a continuidade, de imediato, das ações de resposta em águas jurisdicionais da Guiana Francesa, por meio de documentos com esse conteúdo firmados com as autoridades locais e da França.

Reiteramos que o licenciamento ambiental do bloco FZA-M-59 não pode ser observado de maneira pontual. Esse bloco é apenas um caso de um projeto político e econômico que pretende expandir a exploração e produção de petróleo e gás natural em toda a Margem Equatorial Brasileira, o que é uma ameaça a esses ecossistemas e, também, é incoerente com os compromissos socioambientais assumidos pelo governo brasileiro perante a população brasileira e a comunidade global, colidindo com as diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima e o Acordo de Paris.

Diante disso, nos colocamos à disposição para contribuir com informações científicas que possam servir de suporte técnico para um debate amplo com a sociedade brasileira sobre a abertura de novas fronteiras exploratórias, considerando seus impactos e riscos de curto, médio e longo prazos.

Reforçamos, por fim, o pedido ao governo brasileiro e nos colocamos à disposição para dialogar e colaborar em prol da adoção das medidas necessárias para a transição energética justa e inclusiva.

Assinam este documento:

1. ActionAid
2. ARAYARA.org
3. Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Amapá e Norte do Pará - APOIANP
4. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB
5. Articulação Indígena do Povo Galibi Marworno - AIPGM
6. Articulação Nacional das Pescadoras Artesanais
7. Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão - AMIM
8. Associação das Mulheres Produtoras Agroextrativistas da Foz do Rio Mazagão Velho (Amapá) - AMPAOZ

9. Associação de Meio Ambiente Araucária - AMAR
10. Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida - APREMAVI
11. Associação do Amigo Animal
12. Associação dos Moradores Remanescentes de Quilombolas do Mel da Pedreira - AMORQUIMP
13. Associação dos Pescadores Artesanais do Município de Oiapoque do Amapá
14. Associação dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Amapá
15. Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caete Taperacu (ASSUREMACATA) Bragança - Pará
16. Associação de Usuários da Reserva Extrativista Marinha Chocoará Mato Grosso - AUREM/C-MG
17. Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba - AUREMOCA
18. Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Piriá-Gurupi - ASSUREMAV
19. Associação Indígena do Povo Karipuna - AIKA
20. Associação Indígena Palikur - AIPA
21. Associação Nana Kali'na
22. Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro
23. Associação Potiguar Amigos da Natureza - ASPOAN
24. AYL CLIMA Amapá
25. Centro Brasil no Clima - CBC
26. Centro de Defesa e Educação Ambiental - CEDEA
27. Centro de Trabalho Indigenista - CTI
28. ClimaInfo
29. Coalizão Energia Limpa, transição justa livre do gás
30. COESUS - Coalizão Não Fracking Brasil
31. Colônia de Pescadores Z-3 de Oiapoque
32. Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos – CONFREM
33. Conselho dos Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque - CCPIO
34. Cooperativa Nacional dos Terapeutas Integrativos e Profissionais da Saúde
35. COOPVITÓRIA - Cooperativa de Pesca e Extrativismo do Sul do Amapá
36. Coordenação Nacional das comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ
37. Engajamundo
38. Fervuranoclima
39. Força Ação e Defesa Ambiental - FADA
40. Fridays For Future Brasil - FFF
41. Greenpeace Brasil
42. Grupo Interação
43. Idec - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
44. Iepé - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
45. Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS
46. Instituto de Referência Negra Peregum
47. Instituto Ecoe

48. Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB
49. Instituto Sea Shepherd Brasil
50. Instituto Sociedade, População e Natureza | ISPN
51. Instituto Talanoa
52. Instituto TodaVida
53. IRMANE.C PELA PAZ
54. Liga das Mulheres pelo Oceano
55. Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais
56. Minha Jampa
57. Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia - MAMA
58. Movimento de Ação Ecológica - MAE
59. Nordeste pelo Clima
60. Oiapoque Sustentável
61. Observatório do Carvão Mineral - OCM
62. Observatório do Clima - OC
63. Observatório do Marajó
64. Observatório do Petróleo e Gás - OPG
65. OCEANA
66. ONG REDI - Reflorestamento e Ecodesenvolvimento do ITABAPOANA
67. Projeto Saúde e Alegria
68. Rare Brasil
69. Rede Ambiental do Piauí
70. Rede Fé Paz e Clima
71. Rede GTA
72. Salve a AMAZÔNIA celeiro de vida!
73. Sindicato das Indústrias de Pesca, da Aquicultura e das Empresas Armadoras e Produtoras, Proprietárias de Embarcações de Pesca do Estado do Pará.
74. Sindicato Industrial da Pesca do Amapá - Sindesp
75. SOS AMAZÔNIA
76. The Climate Reality Project Brasil
77. Toxisphera Associação de Saúde Ambiental
78. Vozes do Planeta
79. WWF-Brasil
80. 350.org Brasil
81. 5 Elementos Instituto de Educação para Sustentabilidade